

PÓ PRETO

PROVAS: POLÍCIA RECOLHE AREIA EM CAMBURI

População ajudou na coleta de material que servirá como prova

✦ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

Um perito e um delegado da Polícia Federal coletaram, na tarde de ontem, amostras de areia na Praia de Camburi, em Vitória. Eles contaram com a ajuda da população que estava no local. O material faz parte de um conjunto de provas para o inquérito que investiga crime ambiental decorrente da poluição por pó preto que atinge o ar e o mar.

A acusação é contra as empresas Vale e Arcelor-Mittal, que também foram multadas pela Prefeitura da Capital em R\$ 34 milhões, cada uma.

Na última quinta-feira, sete policiais federais interditaram as atividades ligadas a carvão e minério do Complexo de Tubarão, operado pela Vale. Cumpriam decisão da Justiça Federal, por eles solicitada no final do ano passado, segundo informou o delegado de crimes ambientais, Décio Ferreira Neto.

Em uma diligência conduzida por ele nos píeres interditados, em novembro do ano passado, filmou vazamentos de minério e carvão. “O carvão vaza das pás dos guindastes. O vento bate e leva o pó preto para as casas. O minério é levado pelo vento ou cai das esteiras, que não são cobertas”, relatou.



VITOR JUBINI

CONSTATAÇÃO



“A filmagem mostra a chuva de minério que caiu sobre nossa lancha quando passamos pela esteira”

DÉCIO FERREIRA NETO
DELEGADO FEDERAL



O material coletado na Praia de Camburi seguirá para análises, cujos resultados serão apurados em 30 dias

Foi esta filmagem, aliada a outros documentos apresentados pelos policiais que convenceram o juiz da 1ª Vara Federal Criminal, Marcus Vinicius Figueiredo de Oliveira Costa, do crime ambiental. “O teor dos arquivos impressiona”, destacou em sua decisão.

Uma segunda coleta de areia, desta vez na Curva da Jurema, deverá ser feita na próxima semana, ontem prejudicada pela chuva. Depois seguirão para análises, cujos resultados serão apurados em 30 dias. O material colhido será comparado com as amostras de carvão e minério colhidas na Vale.

TRECHOS DA DECISÃO JUDICIAL

“Impressiona, face à quantidade de material lançado livremente ao mar durante o carregamento do navio com minério de ferro e descarregamento de carvão, projetando poeira de carvão no ar e nas águas marítimas”

“O texto legal prevê a suspensão de atividade econômica ou financeira ligada à prática de quaisquer infrações penais, e não apenas de crimes econômicos ou de natureza financeira”

“O requisito a ser satisfeito é o justo receio de utilização da atividade para a prática de crimes, e tal receio existe no caso, que contempla poluição inerente à atividade das empresas, somada à inércia na contenção de seus poluentes”

“Lembro que o artigo 170 da Constituição Federal põe a defesa do meio ambiente como princípio geral da atividade econômica. Em outras palavras, a atividade econômica criminosamente poluidora não enseja proteção constitucional”

“Ao longo dos anos, acostuma-se a sociedade ao pó preto e às inexistentes condições de balneabilidade no mar de Vitória. Morre a vida, e leva consigo as chances de regeneração do ecossistema”

“Determino a suspensão temporária das atividades econômicas de minério e carvão até que cesse a atividade criminosa por meio da adoção de medidas eficazes para evitar a emissão de poeira de carvão e minério no ar e no mar de Vitória”

PÓ PRETO

VALE RECORRE E ALEGA PREJUÍZO DE R\$ 35 MILHÕES

O valor corresponde a um dia em que a produção fica parada

▄ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redegazeta.com.br

A Vale recorreu à Justiça Federal, no Rio de Janeiro, contra a interdição de um dos píeres de minério e o de carvão do Complexo de Tubarão. As atividades foram interdadas na última quinta-feira pela Polícia Federal, a partir de uma decisão judicial. A mineradora alega prejuízos diários de R\$ 35 milhões.

O mandado de segurança com pedido de liminar foi protocolizado no início da tarde de ontem. Foi assinado pelo advogado Sérgio Bermudes, que lidera uma banca de 91 advogados e sete colaboradores. O processo está agora nas mãos do juiz federal Vigdor Teitel, que está substituindo desembargadores em férias, incluindo o desembargador que cuidaria do caso, André Fontes.

Até o final da noite de ontem, segundo a assessoria de imprensa da Justiça Federal da 2ª região (TRF2), não havia sido concedida nenhuma decisão sobre o assunto.

O recurso diz que a interdição inviabilizou toda a atividade de mineração desenvolvida pela Vale na região Sudeste. E que engessou as



Pátio de minério da Vale, no Complexo de Tubarão: empresa diz que não há prova de crime nas atividades

operações não só da mineradora, como da ArcelorMittal, que utiliza o carvão importado pela mineradora.

Destaca que a decisão do juiz Marcus Vinicius Figueiredo de Oliveira Costa contrariou parecer do Ministério Público Federal (MPF). O argumento seria o de que a interdição destina-se a casos que envolvam crimes financeiros ou

quando há provas de mortandade de animais ou dano à saúde humana, o que não teria ocorrido.

O documento pontua que a decisão “é destituída de qualquer fundamento plausível ou razoável” e que gera prejuízos diários para a empresa de R\$ 35 milhões e que estaria “deixando ociosas, só no complexo portuário, mais de 20 mil

pessoas”, diz o texto.

Em relação à filmagem feita por um perito da Polícia Federal, os advogados da Vale argumentam “que nada mais é do que uma diligência” e acrescenta que os policiais não tinham conhecimento técnico para afirmar que havia provas de crime no local. “Tanto isto é verdade que, na referida diligên-

cia, não há qualquer indício de mortandade de animais, danos à saúde humana ou destruição da flora”, como seria exigido na legislação, acrescenta.

Aponta também que documentos utilizados como provas pela Polícia Federal não são idôneos.

A Polícia Federal informou que não se manifesta sobre o assunto, assim co-

NÚMEROS

MINÉRIO PERDAS

▼ **Receita diária**
R\$ 33.619.800,00 (Para cálculo usado como referência preço média do mercado de hoje e cotação dólar de 21 de janeiro).

CARVÃO PERDAS

▼ **Receita diária**
R\$ 1.284.320,00 (tarifa média do serviço para carvão e volume médio movimentado).

ESTADIA NAVIO

▼ **Demurrage diária**
R\$ 409.000,00 (prazo além do tempo previsto).

OS ARGUMENTOS DO RECURSO

Interdição

- “No Complexo Portuário de Tubarão, no Espírito Santo, terminou por inviabilizar, num só golpe, toda a atividade de mineração desenvolvida pela Vale na Região Sudeste, causando reflexos econômicos e sociais de enorme monta e de inestimável potencial danoso”.

Sentimento

- “Em palavras claras, que o deferimento da medida ora impugnada não decorre de um silogismo realizado a partir das evidências dos autos, mas de um

sentimento do ilustre Magistrado”.

Sem fundamento

- “O teor da decisão impugnada, verifica-se, sem maiores dificuldades, que ela é destituída de qualquer fundamento plausível ou razoável”.

Documentos inidôneos

- “Não ostentam a credibilidade que se esperaria da pretensa prova utilizada para fundamentar uma decisão de impactos tão drásticos para a impetrante e toda a economia nacional”.



Investimento

- “Nos 50 anos de operação no Porto de Tubarão, a Vale sempre pautou sua conduta por valores e princípios éticos que priorizam o respeito às pessoas, a preservação da vida e do meio ambiente. Tanto é assim que, nos últimos anos, mais de R\$ 800 milhões foram investidos pela empresa”.

Tempo

- “Insista-se em que a impetrante iniciou operação no Porto de Tubarão, há quase 50 anos, e, durante todo esse período, não se tem notícia

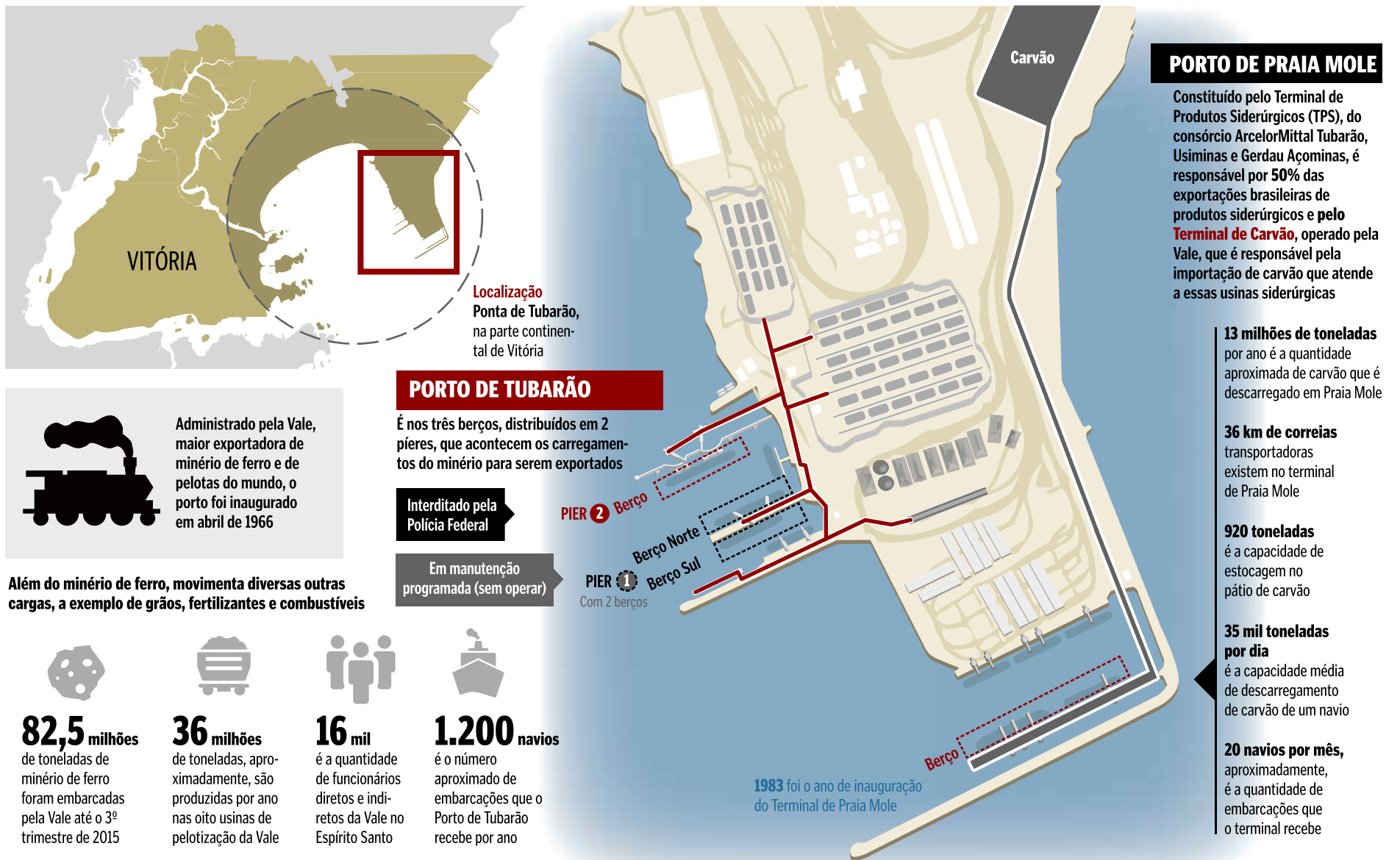
de qualquer crime ambiental cometido pela empresa”.

Consequências

- “A suspensão das atividades no Píer II (minério de ferro) e no Píer de carvão, importa na total paralisação das atividades da impetrante, gerando reflexos diretos e indiretos em toda a sua cadeia produtiva, desde a extração, beneficiamento, transporte, exportação e demais atividades inerentes e vinculadas à atividade econômica exercida pela empresa e para as atividades siderúrgicas dependentes do carvão recebido no porto”.

PÓ PRETO

COMPLEXO DE TUBARÃO



2,1 MIL FUNCIONÁRIOS PARADOS COM INTERDIÇÃO

Sindicato teme demissões e critica falta de fiscalização

/// **PATRICIA SCALZER**
pascalzer@redgazeta.com.br

Com a interdição dos terminais portuários da Vale, cerca de 2.100 empregados que atuam diretamente nas operações dos píeres de minério e carvão estão impossibilitados de exercer suas atividades, de acordo com a mineradora. Como a interdição é por tempo indeterminado, o Sindicato dos Metalúrgicos no Espírito Santo (Sindimetal-ES) teme que funcionários da empresa sejam demitidos.

O número de pessoas que atuam no local, porém, é diferente do informado no recurso apresentado pela empresa à Justiça. No documento ela aponta que atuam



Portaria da Vale: mais de mil funcionários demitidos em 2015, segundo sindicato

VITOR JUBINI

no local 20 mil pessoas.

O presidente do Sindimetal, Roberto Souza, destaca que o país passa por um momento delicado na economia e a interdição de parte da Vale pode causar demissões. Somente em 2015, disse à Rádio CBN Vitória, a mineradora demitiu mais de mil funcionários.

Para o presidente do Sindimetal, se houvesse, de fato, a fiscalização dos órgãos públicos, o problema da poluição do ar na Grande Vitória já teria sido resolvido. Souza diz que os órgãos públicos deixaram a desejar quando, por exemplo, permitiram a construção da Oitava Usina da Vale.

“Como eles liberaram a

construção da Oitava Usina, que vai produzir por duas, e dentro das condicionantes não constava que a empresa deveria investir em tecnologia para redução de partículas? Como liberaram a construção de um condomínio residencial ao lado de uma empresa que polui há mais de 20 anos?”, indaga Souza. Por nota, o Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) afirmou que não vai se pronunciar sobre o caso.

Para que trabalhadores não sejam prejudicados, o Sindimetal acredita que a Justiça deveria liberar as atividades em Tubarão, com a exigência de que a Vale instale equipamentos para acabar com a poluição na área.

PÓ PRETO

MÉDICOS AFIRMAM: QUEM TEM ASMA SOFRE MAIS

A poluição do pó preto tem efeito direto nas vias respiratórias

/// KATILAINE CHAGAS
/// MAÍRA MENDONÇA

Pessoas que já sofrem com doenças respiratórias, como asma, tendem a ter sua situação piorada com a emissão de pó preto sobre a cidade. É o que afirmam médicos do Estado. “Nós vivemos imersos em montanhas de pó há anos”, afirma José Carlos Perini, presidente nacional da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia.

Ele explica que há ações diretas nas vias respiratórias. “Se você tem asma, vai ter muito mais crise em Vitória do que em locais do interior. As populações de risco têm mais prevalência de crises, como de rinite, em Vitória”, afirma o alergista.

Perini acrescenta que, em cidades onde há poluição sedimentada, a partir de minério, há maior prevalência de doenças cardiovasculares como infarto.

A pneumologista Jéssica Polese pondera que ainda não há provas científicas que associem pó preto a doenças respiratórias, apesar disso ser considerado uma forte hipótese nessa classe de médicos. “Nós da pneumologia acreditamos que faça mal sim”, afirma Jéssica.

Ela crê que a trajetória do pó preto seja semelhante à do tabaco, que só após de pesquisas se confirmou que fazia mal à saúde, principalmente pulmonar. “O pó preto talvez esteja nessa



RICARDO MEDEIROS

Gastos frequentes com tratamento médico

Alérgica ao pó de minério e à poeira doméstica, Mariana gasta mais de R\$ 300 com o tratamento, além dos remédios.

“Deve haver um controle rigoroso do pó preto e uma fiscalização que realmente funcione. A cada ano eu pioro.”

—
MARIANA BICALHO
33 ANOS, EMPRESÁRIA

categoria”, diz a médica.

Segundo Jéssica, médicos acreditam que o pó preto seja irritativo, causando piora de asma e bronquite. “Acreditamos que a parte alérgica piora”, afirma.

Moradores dos bairros afetados com o pó preto dizem sentir na prática o que os médicos suspeitam. “Tive três pneumonias em um ano. As últimas semanas foram de tempo seco e

CRISES

“Se você tem asma, vai ter muito mais crise em Vitória do que no interior. Há mais prevalência de crises aqui na Capital”

JOSÉ CARLOS PERINI
PRES. DA ASSOCIAÇÃO
DE ALERGISTAS

muito vento. Isso é o cenário ideal para adoecer”, reclama a economista Martha Elizabeth Ferreira, 61 anos. Ela mora na Mata da Praia há 20 anos.

Ela relatou que, ontem pela manhã, dia seguinte à interdição pela Justiça Federal de dois píeres do Porto de Tubarão, o céu estava limpo, apesar da chuva. “Hoje de manhã estava clarinho como não via há vinte anos.

PÓ PRETO EM TODO LUGAR



“O pó fica no chão e nos móveis. Mas a situação deve ser resolvida politicamente, pois as empresas são importantes para a economia do Estado”

MATIAS AMARAL NETO
62 ANOS, BANCÁRIO



“Todo dia a gente tem que tirar o pó da casa duas vezes. Nós sofremos muito com esse problema, que tem aumentado nos últimos anos”

MARCIA ÂNGELA DOS SANTOS 66, DONA DE CASA



“Meu apartamento é limpo de manhã, à tarde e à noite. Com certeza isso afeta nossa saúde. Há regiões no mar onde o pó é visível”

CARLOS ALBERTO MEHELLI
64, ENGENHEIRO



“Limpo a casa três vezes por semana por causa do pó e deixo tudo fechado. É preciso acontecer algo para tomarem uma providência”

JHAMILY PINHEIRO
24, ESTUDANTE